



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

REQUERIMENTO 524 /2014

PROTOCOLADO SOB Nº 4492 /2014

EM 28/10 /2014

	ATA
ACEITO EM <u>28/10</u> /2014	<u>9308</u>
APROVADO EM <u>28/10</u> /2013	<u>9308</u>
REJEITADO EM / /2013	

15

**Requerimento em Caráter de Urgência**

O (A) Vereador (a) abaixo assinado, depois de ouvida a Casa, na forma regimental, requer a realização de uma audiência pública, a fins de debater e esclarecer a situação do Centro de Pesquisa do Rio Grande – CEPERG, no que se refere a Portaria nº 78 – Instituto Chico Mendes – ICMBio, a qual especifica a transformação deste Centro de Pesquisa em Base avançada do CEPSUL.

Ver. Flávio Santos

Ver. Renatinho

Ver. Spotorno

Ver Kanelão

Ver. Batatinha

**Justificativa: de Plenário**

VISTO

\_\_\_\_\_  
Presidente

## MANIFESTO DOS SERVIDORES DO CEPERG / ICMBIO RIO GRANDE

Os funcionários do CEPERG / ICMBio Rio Grande, tendo em vista as prerrogativas elencadas na Minuta de Portaria nº 78 de outubro de 2014, a qual especifica a transformação deste Centro de Pesquisa em Base avançada do CEPSUL, vem por meio deste manifesto demonstrar inconformidade com o conteúdo e a forma como esta sendo proposta esta portaria.

Ainda sem compreender os verdadeiros motivos, mas já vivendo o “ocaso” na produção de informações que permitiam nortear a condução de políticas setoriais a partir de ações e geração de dados construídos nos centros de pesquisa, antes vinculados ao IBAMA e desde 2013 ao ICMBio, recorremos na intenção de buscar apoio para que não sejamos apenas lembrados pelo passado recente, onde tínhamos um papel exponencial na salvaguarda e manutenção dos recursos ambientais e um reconhecimento acentuado por parte da grande massa que integra a chamada sociedade usuária. O fato é que o CEPERG simplesmente vem sendo desconsiderado nas atribuições, história e nos acontecimentos relacionados a continuidade, manutenção e monitoramento de projetos sem nenhuma argumentação aceitável. As provas e os desdobramentos estão por aí. Simplesmente estão esfacelando-se informações, séries históricas e dados que permitiam dar suporte a adoção de ações para conservação e sustentabilidade ou mesmo ordenamento e gestão. No mesmo “pacote”, insere-se a maioria das fundamentações técnico-científicas, trabalhos construídos na academia, que dependem da geração de dados atualizados e confiáveis para alimentar teses e proposições. Não podemos nos aprofundar nas atribuições dos demais centros, antes chamados de centros voltados a pesquisa de recursos aquáticos, no entanto podemos falar do CEPERG. De uma forma restrita e mais próxima da fase atual, pois seria atrevimento tentar desenhar um passado tão sólido e consistente, dotado de informações e trabalhos que remontam ao ano de 1945. São quase sete décadas jogadas de lado e desconsideradas. É preciso ressaltar que tais constatações não são “falácias” inventivas como argumentos de resistência a eventuais transformações. Mas até para que estas mudanças pudessem acontecer, seria necessário a valorização do feito e dos personagens que fizeram ou fazem parte desta história. Isto permitiria robustez das ações e engrandecimento das possíveis pretensões. Não é isto que tem acontecido. Os últimos anos foram uma longa penúria no caminho da desestabilização daquilo que produzíamos. Enquanto no IBAMA, até um determinado período, fomos sempre vistos como prioridade. Bastou o desmembramento, com a passagem ao ICMBio, e foram apagados os rumos e por consequência o futuro como Centro de Pesquisas. De filhos pródigos e produtivos, passamos ao esquecimento, e por que não dizer ao descrédito, pois nem o IBAMA nem o ICMBio envidaram esforços para assumir verdadeiramente a paternidade dentro das suas respectivas estruturas organizacionais.

Em síntese, fomos jogados a esmo nos últimos anos, no caminho da insolvência, com recursos limitados, instituições sucateadas e corpo técnico reduzindo, envelhecendo e sem reposições. No IBAMA, parece que a criação do MPA simplesmente levou consigo as responsabilidades afetas ao MMA no tocante a extração de recursos aquáticos, pois o olhar voltou-se apenas para o controle e fiscalização e a pesquisa ou produção de informações deixaram de serem prioritárias. Como se houvessem ocorrido mudanças radicais,

quando na verdade continuam a existir as mesmas atribuições de lei. Fomos apenas abandonados pelas nossas funções e atribuições. No ICMBio, desde o ano de 2013, nada acontece. Apenas fomos redirecionados sem que houvesse qualquer intenção de manter programas ou projetos executados, cuja responsabilidade ou interesse deveriam ser do MMA. Para comprovar tal evidência, a primeira informação divulgada para o corpo funcional do CEPERG é que esquecessem tudo que faziam, abandonassem as informações de base, comunicassem o público alvo que houve mudanças e nada que estava sendo feito seria continuado. Enfim, o Centro seria "repaginado", avaliado o interesse em sua continuidade e, se isto ocorresse, teria outra postura voltada exclusivamente a "conservação", decretando o fim das responsabilidades ou qualquer vínculo com a gestão para o uso. Tais pretensões ainda são indefinições, pois nada aconteceu. A única evidência é que deixamos de fazer o que deveríamos estar fazendo, trabalhar com o que fomos preparados e realmente sabemos fazer. Inúmeras instituições, pessoas e público alvo carecem de dados e resoluções em temas que de muitos anos somos referência. A única perspectiva que nos foi passada (no início deste ano) é que haveria possibilidades de um entendimento do IBAMA com o ICMBio para que projetos de base, significativos para o MMA/IBAMA, pudessem ser continuados. Para isto apenas um dado foi pedido: a listagem de projetos e custos de execução. Depois disto nada mais. sequer uma resposta, mesmo depois de um recente episódio, onde ficamos sabendo que o IBAMA deveria listar prioridades. Mas afinal o que são prioridades neste campo para o MMA e o IBAMA? Aquelas de respostas imediatas ou projetos que tem como lastro problemas ambientais, gestão de recursos e soluções para milhares de pessoas que ficaram a mercê da desinformação, da falta de acompanhamento ou de respostas para suas reivindicações, onde alguns destes eram conduzidos pelo CEPERG.

E neste manancial de atropelos que reiteramos nossas convicções de que algo precisa ser feito e repensado. Existe uma certeza: todos estamos "órfãos", de identidade, de sequência, de responsabilidades. Como explicar tal situação para a população que acreditou nas instituições e que conosco se relaciona a mais de meio século.

Não saberíamos aquilatar o volume das providências que precisariam serem retomadas, diante de tantas prioridades, pois estamos distante das pretensões de cúpula, apenas sabemos da prática onde as coisas acontecem e precisam ser tratadas, onde parece que existe um distanciamento das esferas decisórias. O fato é que não podemos apenas concordar com esta "minimização" da nossa importância no contexto. Não podemos simplesmente aceitar ou vislumbrar avanços quando um Centro de envergadura nacional (criado para tratar de questões afetas a estuários e lagoas costeiras no Brasil), simplesmente seja reduzido a uma simples base operacional, limitada, descaracterizada, refém e dependendo de condições operacionais para poder se manter ou trabalhar.

Como informação, convém salientar que estamos em localização privilegiada pelas características ambientais do Extremo Sul do Brasil. A mais de 50 anos este Centro de Pesquisa – CEPERG –, atua com os mais variados e precursores trabalhos da Pesquisa e Gestão Pesqueira em toda região.

Quando da realocação do Centro de Pesquisa, entendíamos que além de nossas tarefas, também estávamos

alinhados com as diretrizes da política nacional do Meio Ambiente e do ICMBio, no que concerne a trabalhos de conservação da biodiversidade, espécies ameaçadas e de importância à sustentação de todo o sistema ambiental, lagunar e marítimo.

O que nos causa perplexidade e estranheza, é a desconsideração de fatores essenciais. Tínhamos esta visão, considerando a variedade dos complexos ambientais lagunares e estuarinos. Para isto, sempre miramos como exemplo os problemas da região sul, berço do CEPERG. O extremo sul apresenta características fisiográficas e ambientais únicas, não passíveis de comparação a qualquer outra região do país – tão diverso em seus atributos naturais -, logo entenda-se que nesse sistema de lagoas, banhados, oceânico e áreas de marismas, dentre tantos outros, acreditava-se que trabalhos, programas e projetos, seriam aproveitados com o apoio de um centro especializado, detentor de conhecimentos primordiais acumulados durante anos – como o CEPERG que serve de suporte para trabalhos na região e também junto a Unidades de Conservação. Jamais deixando de reconhecer o valor e a necessidade de parcerias com outras instituições e Centros de Pesquisa. Causa-nos preocupação, que na referida portaria em análise, (acima citada) a continuidade das chamadas Bases Avançadas, além de diminuir e praticamente extinguir a Unidade, estariam relacionadas à avaliação das necessidades de ações de pesquisa e conservação conduzidas pelos novos Centros Marinhos criados nessa portaria que estão fora do cotidiano de nossa área de atuação, de nosso sistema ambiental, das peculiaridades, conhecimentos, interesses e aspirações do CEPERG, alimentadas por mais de meio século. Estaríamos atrelados a coordenação, pretensões e percepções de outra região, com prioridades seguramente diferentes.

Na proposta, ficaríamos atrelados ao CEPESUL localizado no município de Itajaí – Santa Catarina. Não querendo com isso desvalorizar o referido Centro e seu trabalho, mas apenas atentando ao fato que nossas peculiaridades, experiências e as diversidades ambientais em que atuamos, estão passíveis de serem colocadas em segundo plano, mesmo com nosso histórico e tradição.

Diante do exposto, reiteramos o desejo que a situação possa ser estudada, melhor avaliada e suas decisões estejam de acordo com as necessidades reais e, quem sabe, de acordo com aquilo que melhor temos a oferecer, qual seja, trabalho, dedicação, experiência e histórico, seguramente já reconhecidos pela sociedade usuária.

Não estamos de forma alguma questionando transformações. Estas, embora possam ser incompreendidas, estão acima do nosso nível de decisão. Digamos que nem fomos consultados sobre as mesmas. Quando chamados a dar nossa contribuição, acreditávamos que fazíamos coisas facilmente explicáveis e compreensíveis, capazes de justificar nosso papel e o trabalho que desempenhávamos. Um grande engano, pois nos últimos quatro anos, junto com os demais Centros denominados pesqueiros migramos entre o IBAMA e o ICMBio sem saber qual seria o futuro e o que produziríamos, sem recursos e a cada dia com menos condições operacionais. Um panorama que se desenha ainda mais conturbado se houver uma mudança radical no perfil de trabalho e perda de status, com a transformação do Centro em uma simples “base” ou a sua extinção, o que corrobora com as preocupações acima explicitadas.

Atenciosamente,

Funcionários **CEPERG / ICMBio** Rio Grande, RS

**ASIBAMA / RS** – Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Plano Especial de Cargos de IBAMA – Pecma do Estado do Rio Grande do Sul

**Sindiserf, RS** – Sindicato dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul